

Para corrigir o vezo dos governos centralizadores

No lúcido discurso que pronunciou em São Paulo, na última quarta-feira, às vésperas da edição de mais um "pacote" econômico, o empresário Olavo Setúbal rechaçou a tese, que vem ganhando inesperados adeptos nos últimos meses, de que não será possível encaminhar soluções para a grave crise econômico-social que vive hoje o País dentro da moldura de um regime livre e democrático.

O empresário reafirmou a sua crença na viabilidade do Brasil como um "país estável, justo e aberto", assinalando que, ao contrário do que se propala, as soluções somente se tornarão mais difíceis se o País se desviar do caminho democrático que vem trilhando. Setúbal vê a sua postura de liberal justificada pela constatação, após quarenta anos de carreira, dos desacertos, no plano político, dos governos centralizadores e, no plano econômico, da menor capacidade dos regimes fechados de se adaptarem às exigências de um momento de crise mundial. Também no plano social, disse ele, "os regimes que

consagram a livre iniciativa têm revelado que não precisam ser iníquos para funcionar bem e sem traumas".

O empresário Olavo Setúbal, que foi homenageado com um almoço no Automóvel Clube de São Paulo por políticos e empresários, tem perfeita consciência de que a situação econômico-social a que chegou o País requer urgentes medidas corretivas, algumas delas dramáticas. Mas, fiel ao seu ideário democrático, não crê que elas possam ser eficazes se decididas em círculos fechados e, igualmente importante, sem que os responsáveis diretos procurem, através dos mecanismos existentes, reunir em torno de uma nova estratégia um grau aceitável de consenso social.

O empresário disse claramente, na entrevista que se seguiu ao almoço, acreditar que a desindexação da economia "é uma necessidade e uma realidade", mas não acredita que uma medida dessa ordem possa prescindir de uma discussão no Congresso. Significativamente, as autoridades moné-

tárias deliberaram retirar a desindexação do "pacote" de junho, ou o "pacote das tormentas", como vem sendo chamado muito propriamente nesse período de chuvas torrenciais. Não houve consenso dentro do próprio governo quanto à desindexação e o tema foi aparentemente afastado, não tendo ocorrido, ao que se saiba, a nenhum alto funcionário submeter o assunto ao Congresso, para que a Nação decida.

A deficiência de uma abertura econômica, como respaldo da abertura política, foi muito bem focalizada por Setúbal em seu discurso quando declara que "é necessário acabar com aquela visão do Estado como o responsável exclusivo por tudo o que se passa na sociedade, como se ele fosse o demiurgo do mundo moderno e provedor inexaurível de benefícios, sem a contrapartida das obrigações".

Um Estado que decide, com um mínimo de consultas e sem dar aos empresários ou técnicos independentes que participam de seus conselhos decisórios nenhu-

ma influência real, sempre tenderá a considerar secundária a necessidade de explicitar para a Nação qual a trajetória que se pretende seguir.

Está aí uma gravíssima falha: a falta de um projeto nacional, elaborado, como afirmou Setúbal, a partir de um "amplo debate sobre o nosso futuro, para que saibamos de onde partem as orientações sobre a aplicação dos investimentos públicos, sobre a centralização da receita tributária, sobre a distribuição do peso dos impostos, sobre a definição de áreas de atuação e sobre a fixação coerente das prioridades".

Honestamente, não desejamos que as medidas constantes do "pacote" ontem decretado, e que analisaremos em próximos editoriais, não surtam os efeitos desejados. Nossa expectativa, como brasileiros, só pode ser a de que ocorra uma melhoria em relação à situação atual. Mas, se o "pacote" falhar, o que não será surpre- sa, decorrerá, sobretudo, de não se ter dado a devida atenção a palavras como as de Olavo Setúbal.